



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Brasil tem pouca análise de dados sobre violência contra o idoso

Fonte: Jornal do Brasil – Agência Brasil – 15/06/2015

Os dados sobre violência contra o idoso que chegam ao Disque 100 de Direitos Humanos deveriam ser melhor trabalhados para traçar um perfil nacional do problema. A opinião é do promotor Luiz Cláudio de Carvalho Almeida, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ).

Ele participou hoje (15) do Fórum Violência e Maus Tratos Contra o Idoso, organizado pela Secretaria de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SEESQV), para marcar o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa. De acordo com Almeida, as denúncias feitas precisam ser checadas e gerar novos dados.

“O Disque 100 é uma porta de entrada de informação. Eu acho que a gente tem que evoluir no sentido de construir um fluxo de trabalho para que esses dados possam ser checados para depois a gente totalizar o que eram denúncias verdadeiras e o que não eram, quais eram repetidas. Então é preciso a gente refinar um pouco mais esse trabalho para a gente ter dados mais apurados”.

O promotor destaca que o próprio Ministério Público não tem dados apurados sobre a questão, mas que estão sendo feitas duas pesquisas para suprir essa lacuna, que devem ser divulgadas em dois anos. “A gente está fazendo um trabalho junto com o Centro de Estudo e Pesquisa em Envelhecimento, do Instituto Vital Brasil, e com o Ipup, da UFRJ [Programa de Residência Médica do Instituto de Psiquiatria]. A gente oferece os nossos bancos de dados para que eles sejam destrinchados. Está tudo sendo tabulado de acordo com critérios científicos deles”.

Segundo a presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedepi), Sandra Rabelo, no segundo semestre de 2014 foram feitas cerca de 3 mil denúncias pelo Disque 100 em todo o estado do Rio de Janeiro, com prevalência de negligência, abuso financeiro, abandono e violência psicológica. Sandra destaca que a violência contra o idoso também é uma questão de gênero.

“A mulher vive mais, então, em consequência disso, é também a mulher que desenvolve mais patologia degenerativa. Ela fica mais frágil, ela perde a rede familiar, os filhos casam e vão embora, o marido morre, ela fica sozinha e não encontra ninguém para cuidar dela. Mulher lidera disparado [o índice de violência contra o idoso] entre homens e mulheres, 90% da violência é contra mulher”.

Sandra explica que, em 2006, durante segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, foi definida a criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, porém o projeto ainda não foi implementado. “Uma rede nacional, com os entes: Ministério Público, conselhos, delegacias, Cras [Centro de Referência de Assistência Social], Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social] e poder local atuando em conjunto, mas a gente teve dificuldade de efetivação, não houve pactuação entre as entidades”.

Criada em 2013, a SEESQV desenvolve ações ligadas ao bem-estar do idoso, como a colocação das academias da Terceira Idade (ATIs) em espaços públicos e orientação de profissionais de nutrição e fisioterapia. O secretário José Luiz Nanci adianta que está em estudo o projeto-piloto para a construção de um Centro Dia.

“Estamos vendo se faremos em Itaboraí ou São Gonçalo, um projeto-piloto junto com a Fundação Leão 13. No Centro Dia a pessoa chega, toma café da manhã, e depois há várias atividades físicas, ginástica para a terceira idade, jogos, dominó, e conversa entre eles. Depois, tem o almoço, eles descansam, fazem a sesta, retomam outras atividades, e tomam o café da tarde. Daí, levamos para a residência. Enquanto isso a família vai trabalhar, né?”



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.05
Notícias do Legislativo	fl.05

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.07
Notícias do Judiciário	fl.13
Notícias do Legislativo	fl.14
Legislação	fl.15

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Gabriel Rodrigo Quinto Da Silva
Kaio Sobrinho da Silva

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



De acordo com o promotor Almeida, muitos casos de violência contra o idoso decorrem da impossibilidade da família oferecer o cuidado devido ao ancião, por falta de tempo ou de dinheiro.

Belo Horizonte se prepara para conquistar o título de Cidade Amiga do Idoso

Fonte: Jornal do Brasil – Não encontrado – 19/07/2015

Belo Horizonte caminha a passos largos para se tornar uma Cidade Amiga do Idoso, de acordo com as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS). A cidade já está capacitada a se credenciar a conquistar o título com base nas políticas públicas que já implantou. As cidades amigas dos idosos são as que criam condições favoráveis para este segmento, especialmente nas áreas que mais impactam suas vidas, como saúde, mobilidade urbana, segurança, moradia, comunicação e inclusão social.

Segundo a síntese do documento apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS), uma atenção especial é dedicada aos idosos na capital, inclusive com um orçamento específico. No setor da Assistência Social, diversas atividades são voltadas para dar proteção social ao idoso, por meio de uma rede de acolhimento e atendimento. Unidades do BH Cidadania oferecem programas voltados para lazer, entretenimento, saúde, qualidade de vida, esporte e sociabilidade. Há também um trabalho importante para o fortalecimento dos laços familiares, fomentando o convívio comunitário e o respeito às pessoas mais velhas.

A Prefeitura proporciona acesso direto a mais de 20 mil idosos ao Benefício de Prestação Continuada, que representa hoje 5,8% da população idosa. No programa federal Bolsa Família, que é gerenciado pelo município, há 3.968 idosos beneficiários.

O serviço de acolhimento institucional atendeu, em 2014, 889 idosos em unidades com característica domiciliar que oferecem alimentação, atendimento médico, psicológico e assistencial. Há também projetos como o Cuidador de Idosos, que garante atendimento domiciliar para idosos, disseminando práticas de autocuidado. Nos campos da cultura e da educação os idosos da capital são beneficiados por programas que incentivam a inserção comunitária e familiar por meio de eventos e cursos para transmissão do conhecimento e preservação da memória e da identidade cultural.

Com base nestes e em outros quesitos importantes, como a acessibilidade e o direito de ir e vir com segurança, a cidade está se preparando para ser mais uma, entre grandes cidades do mundo, a conquistar o título de Cidade Amiga do Idoso e se preparar para um futuro em que seremos cada vez mais maduros em nossa cidade.

Idosos se tornam o futuro da indústria automotiva americana

Fonte: Extra – Michael Figueredo – 14/08/2015

Os idosos americanos nunca foram tão saudáveis e ricos. Ao mesmo tempo, os carros nunca tiveram tantos recursos para proteger motoristas com uma visão menos aguçada, reações mais lentas e pescoço mais duro. Essas forças criaram um motor econômico poderoso para as fabricantes de carros. Esta poderia ser a primeira vez na história em que um dos grupos demográficos mais promissores da indústria automotiva é representado pelos aposentados.

— Honestamente, nós vendemos motocicletas novas para clientes na casa dos 80 anos o tempo todo — diz o diretor de marketing da Harley-Davidson, Mark Hans-Richer.

As ruas dos EUA estão ficando grisalhas. De 2003 a 2013, o número de motoristas registrados acima dos 65 anos aumentou 29%,

segundo dados do Escritório do Censo. Os mais velhos se mostraram particularmente teimosos em relação a entregar de vez a chave do carro. Agora há cerca de 3,5 milhões de motoristas nos EUA com mais de 84 anos, um impressionante crescimento de 43% relação a uma década atrás.

Enquanto isso, os jovens já não têm a renda ou a inclinação para ter um carro. Ao longo do mesmo período de 10 anos, o grupo de motoristas com menos de 20 anos caiu 3%.

Richard Emmons tem 83 anos e, nos fins de semana, costuma dirigir seu Jaguar conversível ano 1995 com motor 12 cilindros. Durante a semana, seu meio de transporte é um Volkswagen Eos 2009 ou o sedã Audi A8 de US\$ 82.000 que ele comprou em novembro. Afinal, esse octogenário precisa de algo confiável para seu trajeto diário de 16 quilômetros para a fábrica onde ele trabalha em tempo integral como engenheiro de jatos.

Empresas sem grandes planos

Além de estarem ficando mais tempo nas ruas, os idosos também deixaram de chegar ao final da vida dirigindo latas-velhas. Nos últimos cinco anos, o número de carros novos registrados para famílias com um chefe de 65 anos ou mais subiu 62%, segundo a Consultoria IHS.

Os motoristas com idade acima dos 75, por sua vez, registraram cerca de seis vezes mais carros novos que aqueles de 18 a 24 anos. Talvez os jovens representem o futuro, mas os velhos caretas é que têm o dinheiro. E eles querem usá-lo antes que seja tarde demais.

Apesar do incremento no número de motoristas idosos, as várias fabricantes de veículos contatadas pela Bloomberg tinham pouco a falar sobre grandes planos voltados especificamente para esse grupo.

— Eu honestamente não vejo nenhuma marca satisfazendo as gerações mais antigas — diz Larry Dominique, vice-presidente-executivo do TrueCar, um site que liga os compradores às concessionárias locais.

O problema com os idosos é que eles têm a incômoda tendência de deixarem repentinamente de ser consumidores. No jargão econômico, o valor de vida esperado para um cliente de 85 anos não é grande, independentemente de quão saudável esse cliente seja. O problema não é o “valor” — é a parte do “de vida” dessa equação.

Contudo, as concessionárias da Mercedes na região central de Connecticut seriam inteligentes se fossem atrás de Dick Emmons. Ele quer trocar seu Volkswagen e está de olho no novo sedã Classe C. É dinheiro fácil.

Negócios personalizados para idosos crescem diante da maior longevidade

Carência de empreendimentos especializados envolvendo esse público impulsiona o mercado. Expectativa é que o setor siga em desenvolvimento, pois, segundo especialistas, as empresas ainda se adequam às necessidades do novo perfil da terceira idade.

Fonte: CBN – Natália Toledo – 15/08/2015

O crescimento da população idosa no Brasil, cada vez mais relevante na renda nacional, tem transformado serviços e produtos voltados para esse público em grandes oportunidades de negócio. Apesar da crise econômica, as atividades voltadas à terceira idade estão crescendo a uma taxa de 10% ao ano, segundo o Sebrae.

E devido à carência de empreendimentos especializados, especialistas afirmam que o setor deve continuar crescendo. Hoje, os idosos representam 13% da população e 21% da massa de rendimentos no Brasil, segundo dados do IBGE.

A professora da ESPM-SP e pesquisadora do relacionamento entre marcas e idosos Tânia Zahar Mine explica que o próprio envelhecimento

dos brasileiros é o motivo do sucesso do ramo.

- Os segmentos de saúde, os segmentos de serviços financeiros e turismo apresentam crescimento até porque é um crescimento vegetativo, da própria população, que acaba envelhecendo e passa a consumir esses serviços de maneira mais intensa.

Essa também é a percepção da gerente nacional da empresa de cuidadores Home Angels, Ana Claudia Quaglio. O negócio, que foi criado em 2008 a partir de uma necessidade familiar de um dos fundadores, cresceu 70% no ano passado.

Segundo Ana Claudia, de dez pedidos que recebem buscando cuidadores só dois são atendidos. A empresa, que atualmente tem 170 filiais, precisaria de pelo menos 600 unidades para atender a demanda. Ela argumenta que os cuidadores especializados são essenciais para as famílias e que, por isso, elas não cortam o serviço quando o orçamento diminui.

Segundo o Sebrae, os setores de condicionamento físico, saúde e turismo são os que mais crescem. O médico Benjamin Apter percebeu uma brecha no mercado há 10 anos e criou, em conjunto com sócios, a B-Active, uma academia voltada para a terceira idade, com aparelhos e atendimento personalizado.

Hoje, já são seis unidades com cerca de 200 alunos ativos em cada uma, 80% deles com mais de 60 anos. Segundo Benjamin, trabalhar com esse público exige amplo conhecimento sobre suas necessidades.

- Terceira idade não é só uma questão de número. É o conhecimento profundo do que este público busca.

Aluno da B-Active, o advogado aposentado Dilermando Fernandes, de 72 anos, destaca a atenção dos professores e a preocupação com a saúde do cliente como os principais benefícios da academia. Ele ainda aponta a importância dos serviços voltados para idosos, que ainda são escassos.

- Nós chegamos numa faixa em que, às vezes, nós temos disponibilidade financeira e, ao mesmo tempo, não temos alguma coisa que possa ser bastante apreciada.

A questão é que, segundo Tânia Zahar, as marcas brasileiras ainda não estão preparadas para atender esse público. Pesquisa do Instituto Nielsen com mais de 500 idosos no Brasil demonstra que mais de 60% desse público diz que as empresas não se dirigem a eles.

Para reverter esse quadro, a agência de viagens CVC direcionou sua nova campanha de publicidade para essa faixa etária e adaptou pacotes já existentes para as exigências dos idosos. Um exemplo é o programa de intercâmbio criado em abril. A procura da terceira idade foi uma surpresa para empresa, que depois incluiu no programa atividades culturais voltadas para esse público.

Viviane Pio, gerente de vendas da marca, afirma que há muitos benefícios em trabalhar com os idosos. Eles representam 20% da venda de pacotes e embarques da agência. Em 2010, esse número era de 15%. O gasto médio deste público é 39% superior ao dos jovens e 8% superior aos das famílias. Segundo a CVC, os idosos também são bons pagadores e costumam viajar mais de uma vez ao ano.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Velhice x sedentarismo: a importância da prática de atividade física por idosos

Na terceira idade, dores articulares e degenerativas aumentam e ocorre a redução da capacidade funcional. Para retardar esses sintomas é necessário manter-se ativo.

Fonte: Eu Atleta – Ana Paula Simões – 16/08/2015

Como ortopedista, recebo muitos pacientes idosos com queixas de dores musculoesqueléticas generalizadas. Elas ocorrem pelo fato de o envelhecimento celular ocasionar uma desordem da homeostase (perda de reservas orgânicas e funcionais que é uma característica inerente do avançar dos anos), promovendo declínio estimado de algumas funções e maior vulnerabilidade a doenças em todo o corpo como as cardiovasculares, infecções, neoplasias e no caso da minha especialidade: as artropatias e doenças degenerativas osteomusculares.

Na terceira idade (estabelecida a partir dos 65 anos pela Organização Mundial da Saúde) as dores articulares e degenerativas aumentam e ocorre a redução da capacidade funcional, por isso é importante manter a independência e prevenir a incapacidade, reabilitando esses pacientes e garantindo qualidade de vida. A atividade esportiva ajuda a prevenir e melhorar as condições físicas e mentais do paciente geriátrico, desde que bem orientado e medicado (quando necessário).

Muitos adultos com idades entre 65 anos ou mais, gastam em média, 10 horas ou mais por dia sentado ou deitado, tornando-os o grupo etário mais sedentário. Eles estão pagando um alto preço por sua inatividade, com maiores taxas de quedas, obesidade, doenças cardíacas.

Por isso, conforme envelhecemos, torna-se ainda mais importante permanecermos ativos, pois nossos corpos declinam a função e a atividade física ajuda a retardar essa degeneração, inclusive podemos falar até em progressão, ou seja, com o passar dos meses o condicionamento melhora e podem até ser intensificados. Atividade física nos ajuda a permanecer saudável, com energia e independente à medida que envelhecemos.

Há fortes evidências de que as pessoas que estão ativas têm um menor risco de doença cardíaca, acidente vascular cerebral, diabetes tipo 2, alguns tipos de câncer, depressão e demência. Do ponto de vista ortopédico melhora a mobilidade articular, alongamento e flexibilidade, isso sem falar na resistência física e muscular que melhora com a prática esportiva.

Se você não tem dor e pratica esporte, irá reduzir o risco de doença mental, ser capaz de sair e ficar bem independente na velhice. É aconselhado a manter-se sempre em movimento. Pode começar com uma simples caminhada diária de 15 minutos, ou 3 vezes por semana de 20 minutos. Obviamente, esses valores terão que ser adequados a cada perfil.

Consideramos atividade física o que faz seu corpo se manter em movimento com aumento da frequência cardíaca em pelo menos acima de 10% da basal. Pode incluir desde uma simples caminhada até a prática de esportes coletivos. Idealmente, podemos tentar alguma coisa todos os dias, de preferência em episódios de 10 minutos ou mais. Uma forma de atingir o que a OMS considera ideal (150 minutos de atividade moderada) é fazer 30 minutos em pelo menos cinco dias por semana, sendo que 75 minutos de atividade rigorosa mais de uma vez por semana é tão benéfico quanto 150 minutos de atividade moderada.

Exemplos de atividades aeróbicas de intensidade moderada incluem andar rápido, dançar, hidroginástica ou natação, andar de bicicleta em terreno plano ou com poucas colinas, jogar tênis ou peteca de duplas. Além da parte aeróbica tente orientar fazer algumas atividades que trabalham os músculos. Isso pode incluir musculação, pilates, yoga, tai chi ou outras artes marciais.

Tarefas diárias, como fazer compras, cozinhar ou trabalho doméstico, não contam para seus 150 minutos, porque o esforço não é forte o suficiente para aumentar a sua frequência cardíaca, embora eles ajudem a quebrar o tempo de sedentarismo.

Nunca é tarde demais para adotar um estilo de vida mais ativo. Adultos mais velhos que estão ativos irão reduzir risco de doença cardíaca e acidente vascular cerebral a um nível semelhante como as pessoas mais jovens que estão ativos. Se por outro lado esteve inativo por um tempo, você pode construir sua atividade gradualmente até atingir os níveis recomendados. Você ainda vai ver melhorar a sua saúde no processo, e vai ver reduzir o risco de quedas e de outras doenças.

Vamos começar?

Projetos para idosos buscam qualidade de vida e socialização

Ações em praças, salas de aulas, academias e até com crianças em retiros têm dado ótimos resultados como novas amizades.

Fonte: O Globo – Gabriela Lapagesse – 18/08/2015



Idosos fazem aula do projeto Saúde na Praça, que reúne alunos a partir dos 55 anos e tem atividades diversificadas com bolas e bambolês - Agência O Globo / Barbara Lopes

RIO — Dados do IBGE mostram que a população brasileira está envelhecendo. Não por acaso, a preocupação com o bem-estar na terceira idade tem aumentado. E os idosos que moram na região da Barra não têm do que se queixar: há projetos cada vez mais elaborados para eles, nas praças, nas salas de aula, nas academias e até em retiros. De exercícios físicos a interações com crianças. O resultado é mais alegria, melhora da saúde e o surgimento de novas amizades.

O grupo de terceira idade que se exercita todos os dias pela manhã na Praça do Pomar, no Jardim Oceânico, é inspirador. Há bolas, bambolês e bastões, tudo muito colorido, para que pessoas a partir dos 55 anos se exercitem.

— Somos muito amigos. Fazemos eventos especiais, como festa junina. Tudo vira motivo. Eu moro sozinha, e é bem chato. Depois que passei a vir para cá, há dois anos, ganhei várias companhias — conta Maria Ferrari, de 88 anos.

Troca de experiências que motiva

Aprender a dar atenção à terceira idade é uma preocupação que pode começar ainda cedo. Uma das frentes de ação social do colégio Cruzeiro, de Jacarepaguá, é levar os alunos para interagir com idosos que moram no Retiro Humboldt, no mesmo bairro. Os internos, com idades entre 80 e 97 anos, esperam, arrumados e ansiosos, pelos jovens, com idades entre 11 e 14 anos, uma vez por semana. Entre as atividades, narração de histórias e, principalmente, uma bela troca de experiências.

— Achei que viria aqui para alegrar a vida deles, mas são eles que alegram a minha. Aprendo muito com tudo o que me dizem aqui — diz Carolina Hermes, de 14 anos, que há dois visita os idosos.

O carinho é recíproco.

— Amo criança. É uma beleza quando eles chegam. E, quando mudam as turmas das visitas, é uma choradeira só. Eles nos abraçam muito — conta Clotilde Margarida da Silva Brito, de 90 anos, moradora do retiro.

Impecável, Clarício Martins Silva, de 97 anos, é um show à parte: chama a atenção dos estudantes pela alegria.

— Quando as crianças chegam, batem nos quartos e nos chamam. É bacana ter essa troca — comenta.



As alunas Maria Eduarda Bonaldo e Fernanda Maltz mostram intimidade com Clotilde Margarida - Fabio Rossi

Corpo são, mente mais sã ainda

A academia Rio Sport Center tem o projeto Take Care, que funciona há dois anos e meio. Os idosos têm dinâmicas de grupo, assistem a vídeos, são avaliados fisicamente por profissionais especializados e fazem exercícios específicos para cada caso.

— As pessoas normalmente chegam aqui com doenças como depressão. A gente mostra a eles a importância da alegria, de eles se cuidarem de verdade, com consciência. É um processo de dentro para fora e, por isso, dá tão certo — diz geriatra e médica do estilo de vida Silvia Lagrotta, coordenadora do projeto.



Alunos do projeto Unati têm aula para treinar a memória - Agência O Globo / Fabio Rossi

Quem também está de bem com a vida são os alunos — entre 60 e 93 anos — do programa Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati), que funciona na unidade da Taquara da Unisuam. Todos capricham no visual: as mulheres usam batom e abusam dos acessórios, e os homens surgem perfumados, alguns até de chapéu panamá.

Criado há dois anos, o programa oferece aulas de informática, de prevenção de acidentes e para a memória — atividade que causa frisson entre os alunos, que disputam para ver quem acerta os exercícios propostos pela professora e coordenadora Rose da Silva Sobral.

— O ambiente é muito bom. Ganhamos uma porção de amigos. Nós nos falamos por redes sociais e marcamos almoços. Assim envelhecemos melhor — diz Lenir de Carvalho Mattos, de 72 anos.

— Ganhei um computador na semana passada e agora estou focado nas aulas de digitação. Aprendemos muito aqui, todos têm paciência com a gente — festeja Felizberto Ferreira de Lima, de 82 anos.

Unimed é condenada a indenizar segurado por reajustar contrato pela idade

Fonte: Consultor Jurídico – Jomar Martins – 28/08/2015

Por admitir que reajustou o plano de saúde com base na faixa etária, aplicando índices de 31,81% e 37,92%, a Unimed Nordeste RS foi condenada a pagar a uma cliente o valor de R\$ 5 milhões, a título de dano social. A determinação consta em sentença proferida no dia 24 de julho pelo 1º Juizado da 6ª Vara Cível de Caxias do Sul, na Serra gaúcha.

Para a juíza Luciana Bertoni Tieppo, é abusiva a cláusula contratual que prevê reajuste do plano de saúde em razão da faixa etária, por representar onerosidade excessiva ao consumidor e vantagem demasiada para a operadora. Ela também citou o artigo 15, parágrafo 3º, do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que proíbe a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, por configurar discriminação.

“Analisando-se as cláusulas ora questionadas, verifica-se que o reajuste se mostra desproporcional, ilegal, abusivo e ofensivo ao bom senso. Não há como se vislumbrar qualquer justificativa plausível e aceitável para determinar o reajuste em valor tão expressivo, o que viola, ainda, a determinação constitucional do direito à saúde, direito fundamental do homem. Está se tratando aqui do direito à vida, bem de maior relevância de todo e qualquer ser humano”, vociferou na sentença.

Segundo a juíza, a Unimed Nordeste RS é ré em milhares de ações, nas quais cobra valores indevidos dos seus clientes, desobedecendo ordens judiciais com o intuito de obter vantagem indevida. “Assim, evidente que deve a demandada ser condenada aqui ao pagamento de dano social, pois sua conduta não pode mais ser repetida, sendo que as irrisórias indenizações a que é condenada não surtem qualquer efeito”, justificou.

Além de determinar a devolução dos valores cobrados indevidamente, a juíza ainda multou a operadora por má-fé em 1% sobre o valor da ação, bem como a condenou a indenizar a autora pelos prejuízos sofridos, no valor de R\$ 10 mil. É que a operadora não só descumpriu a antecipação de tutela como enviou à autora notificação de rescisão do contrato objeto deste processo, alegando a inadimplência contratual. A idosa necessitou depositar judicialmente o valor da mensalidade sem o reajuste pelo fato da ré não disponibilizar os boletos com o valor correto.

Da decisão, cabe recurso ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Clique [aqui](#) para ler a sentença.

Hospital de Porto Alegre tem de garantir acompanhante para idoso internado

Fonte: Consultor Jurídico – 30/08/2015

O Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, tem de assegurar a todos os idosos internados o direito de contar com um acompanhante durante o período de internação. A decisão liminar é da 3ª Vara Federal da capital gaúcha. A medida, proferida pela juíza federal Maria Isabel Pezzi Klein, também abrange pacientes em observação, inclusive no setor de emergência.

A Ação Civil Pública foi ajuizada pelo Ministério Público Federal com base em Representação feita por um jovem. O rapaz alegou ter sido impedido de permanecer com o avô enquanto este aguardava por um leito no setor de casos emergenciais. O direito de acompanhante é garantido no artigo 16 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

De acordo com o MPF, o gerente de Pacientes Externos do hospital teria alegado que as taxas de ocupação da emergência, historicamente acima de 100% de sua capacidade, inviabilizariam o acompanhamento dos pacientes por familiares. Para o autor da ação, entretanto, a situação deveria ser resolvida pela entidade sem prejudicar direito expressamente

previsto em lei.

A instituição defendeu-se informando a existência de demanda elevada, aliada à falta de leitos para internação e à insuficiência de recursos humanos e infraestrutura necessários ao cumprimento da legislação. Acrescentou que, em caso de concessão da medida liminar, há risco do dano irreparável reverso, pois a administração pública teria de deslocar verbas para o atendimento da determinação judicial. Destacou, ainda, a excessiva procura de cuidados hospitalares em casos de doença de menor complexidade, que poderiam ser solucionados na rede de atenção básica de saúde.

Ao decidir liminarmente o caso, a julgadora afirmou estar ciente das dificuldades enfrentadas por inúmeras instituições hospitalares no país. “A superlotação das instituições hospitalares, em especial aquelas cujo atendimento seja 100% pelo SUS, não é desconhecida por este Juízo, entretanto, este fenômeno se apresenta já de longa data e, não obstante todo o sofrimento sentido pela população mais carente de nosso país, não se verifica qualquer providência mais efetiva por parte do Poder Público para amenizar tal situação, seja na construção de mais hospitais, ou na ampliação da rede hospitalar já existente, com o aumento do número de leitos, seja, também, na busca de uma maior eficácia na rede de atenção básica de saúde”, escreveu no despacho.

Para a juíza, eventuais impossibilidades de cumprimento deverão ser justificadas por escrito, pelo profissional médico, sendo-lhe vedada a alegação genérica da superlotação do estabelecimento.

O prazo fixado para o atendimento à decisão judicial é de 20 dias, a contar da citação, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 200, cobrada sobre cada caso individual. Cabe recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Com informações da Assessoria de Imprensa da Justiça Federal do RS.

Clique [aqui](#) para ler a liminar.

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Para evitar fraudes, CAS aprova texto que permite a aposentado bloquear empréstimos consignados

Fonte: Agência Senado – 05/08/2015

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira (5), proposta com objetivo de proteger idosos aposentados e pensionistas contra fraudes no empréstimo consignado. O PLS 276/2007 agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O projeto, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), permite que o beneficiário de pensão ou aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) peça, a qualquer tempo, o bloqueio do seu cadastro junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de forma a impedir a contratação de novos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha e do uso de seu nome nas fraudes. Ficam ressalvados os descontos já autorizados, referentes a empréstimos anteriormente contratados.

— Trata-se de criar um mecanismo de fácil utilização, de prevenção à criminalidade, para que os beneficiários da Previdência, surpreendidos por descontos indevidos ou temerosos de que isso possa ocorrer, possam bloquear novas operações — justificou o autor.

Atualmente, os aposentados e pensionistas, ao serem surpreendidos com débitos por dívidas que não contratou, só podem buscar o cancelamento da autorização, com a declaração de inexistência do ato jurídico e a devolução dos valores debitados, mas podem ser vítimas de novos empréstimos irregulares não solicitados. Com a aprovação

da proposta, poderão bloquear seu nome e impedir novos contratos e débitos em seus salários.

O relator na CAS, senador Dário Berger (PMDB-SC) afirmou que as constantes fraudes com empréstimos consignados e desconto em folha de pagamento justificam a criação de um mecanismo de bloqueio ou suspensão dos descontos, de forma mais ágil. Segundo o relator, o projeto também tem o mérito de alertar para a existência do problema, esclarecer a população sobre o assunto e induzir entidades bancárias e entes administrativos a adotar as cautelas devidas, fazendo uma identificação segura do solicitante da consignação.

— Sabemos que a estrutura gigantesca da Previdência Social não consegue evitar totalmente as fraudes na concessão dos benefícios, que são minuciosamente analisados. Que dirá controlar com eficácia milhões de pedidos de consignação — observou.

Suplementar

Duas propostas que tramitavam em turno suplementar também foram definitivamente adotadas pela CAS. A primeira, o substitutivo ao PLS 530/2013, aprimora as normas vigentes no Brasil sobre importação e registro de “medicamentos órfãos” — os que despertam pouco interesse da indústria farmacêutica, pois se destinam ao tratamento de doenças raras, que atingem até 65 pessoas por 100 mil habitantes — e passa a permitir, entre outros pontos, a importação, por pessoa física, de medicamentos não registrados no país, para doenças raras.

Se não houver recurso para análise em Plenário, a matéria, do ex-senador Vital do Rego e relatada por Ana Amélia (PP-RS), seguirá para a Câmara.

Outro projeto cujo parecer foi definitivamente adotado pela comissão é o substitutivo ao PLS 544/2013, que exclui do rol de doença preexistente nos planos de saúde privados as malformações congênitas. O texto também torna obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente. A matéria, do senador Vicentinho Alves (PR-TO), foi relatada por Waldemir Moka (PMDB-MS) e também segue para análise da Câmara.

Parlamentares e debatedores defendem teleassistência a idoso

Fonte: Agência Câmara Notícias – Tiago Miranda - 11/08/2015

Parlamentares e debatedores defenderam a necessidade do uso do programa de teleassistência ao idoso previsto no Projeto de Lei 7179/14, do deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), durante audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara sobre o tema.

O programa consiste na instalação de um aparelho para comunicação de emergências na residência do idoso, conectado à linha telefônica e à rede de energia elétrica.

Conforme o texto, caberá ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) cadastrar o idoso que optar pelo programa. A responsabilidade pela implantação e o gerenciamento do serviço será do serviço de assistência social dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social. Podem receber o benefício pessoas com 60 anos ou mais que preencham os seguintes critérios: tenham linha telefônica fixa, renda familiar de até dois salários mínimos e estejam cadastrados no Suas.

A consultora da Empresa Telehelp, maior empresa de teleassistência do Brasil, Marília Berzins, citou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para defender a importância do serviço proposto no projeto.

Segurança para o idoso

De acordo com dados de 2013, 42,3% das pessoas que moram sozinhas são idosos. “A teleassistência tem um aparelho, como uma secretária

eletrônica, com alcance de voz de 30 metros. O idoso se sente seguro com o serviço. Ela pode prevenir ou postergar a ida da pessoa para uma instituição.”

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) afirmou que a tecnologia prevista no projeto garantirá segurança ao idoso e a sua família. “Esse equipamento deve fazer parte das políticas públicas de valorização, apoio e cidadania do idoso”, afirmou.

Para o deputado Dr. Sinval Malheiros (PV-SP), é importante que projetos de apoio ao idoso sejam implementados com facilidade. “É uma segurança que se transmite a ele.”

O vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso de Santos (SP), Devanir Paz, falou sobre o exemplo do município, que adotou desde 2013, em caráter experimental, o projeto de teleassistência residencial de emergência em parceria com a Telehelp. Segundo ele, o projeto teve ampla aceitação pela população e será ampliado para atender, pelo menos, 150 idosos.

Ressalvas

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia no Distrito Federal, Marco Polo Freitas, fez ressalvas à proposta. Para ele, os atendentes do serviço de teleassistência poderiam não ter competência para resolver as demandas dos idosos. “O idoso, se você erra com ele, ele morre ou senão vai sofrer muito. Uma informação equivocada pode ser um desastre. Se não tivermos pessoal capacitado, como vamos fazer?”, questionou.

Segundo Freitas, os critérios para inclusão no programa são restritivos. “É importante essa incorporação tecnológica no SUS [Sistema Único de Saúde] porque ele será o executante em grande parte. E o público-alvo deve ser melhor definido. Cada realidade local pode ter um público-alvo diferente”, disse.

Freitas também afirmou que era preciso adaptar o projeto para que ele fosse adequado à Lei 12.401/11, que fala sobre critérios de implantação de novos procedimentos no SUS.

Funcionamento

Sempre que estiver em situação de perigo, risco emergencial e social, ou necessite de atendimento à saúde, o idoso deverá acionar um botão que enviará sinal de alerta à central de atendimento. Essa central deverá funcionar 24 horas. Depois de recebido o sinal, a central entrará em contato com o idoso e com as pessoas mais próximas a ele. Caso necessário, acionará também o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Comissão vai ao interior avaliar políticas públicas para idosos

Fonte: ALERJ – Gabriel Deslandes - 11/08/2015

A Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) vai ao interior do Estado para avaliar políticas públicas municipais para idosos. O anúncio foi feito em audiência pública da comissão nesta terça-feira (11/08), em que foi debatido o cumprimento do Estatuto do Idoso.

No encontro, foram ouvidas críticas e cobranças de representantes de associações sociais e de conselhos municipais do idoso de várias regiões. A partir disso, a comissão vai elaborar um calendário de visitas para se reunir com autoridades locais. Devem ocorrer audiências públicas em municípios como Guapimirim, Niterói e Mangaratiba.

Para a presidente da comissão, deputada Tia Ju (PRB), a realização das audiências ajudará a tirar o Estatuto do Idoso do papel. “Queremos ouvir a população. É da voz do povo que surgem as ideias e os grandes

projetos de lei”, declarou a parlamentar.

Rede de proteção

A falta de fundos municipais para o idoso e de políticas de capacitação de profissionais e gestores foram outras queixas. Segundo a presidente do Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI), os temas entrarão em pauta na IV Conferência Estadual da Pessoa Idosa, em setembro. A conferência analisa o protagonismo da terceira idade, e 60% de seus integrantes são da sociedade civil. “Quem fala pelo idoso é o próprio idoso e não o profissional ou autoridade”, disse Maria da Penha.

Outra questão abordada foi a regulamentação do Programa Estadual de Centro Dia, previsto pela Lei nº 6486/13, mas ainda não implementado no Estado. O programa cria uma rede de proteção ao idoso, que inclui o fornecimento de abrigo.

Antes da audiência, houve uma apresentação de Tai Chi Chuan, coordenada pelo subsecretário de Terceira Idade, professor Antônio Amorim. Também estiveram presentes na audiência os deputados Ana Paula Rechuan (PMDB), Daniele Guerreiro (PMDB), Márcia Jeovani (PR) e Tio Carlos (SDD).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Pai cria aplicativo para se comunicar com a filha que tem paralisia cerebral

Iniciativa do empresário brasileiro agora ajuda cerca de 10 mil pessoas. Com o aplicativo, é possível conversar com quem sofre de paralisia cerebral.

Fonte: G1 – Jornal da Globo – Mônica Silveira – 08/08/2015

O amor e a dedicação de um pai conseguiram mudar a vida da filha, que tem paralisia cerebral. Ele criou um aplicativo que já ganhou prêmios no exterior e que ajuda na comunicação de milhares de pessoas.

Clarinha, sete anos, estudante. Carlos Pereira, pai de Clara e analista de sistemas. Vencedor de três prêmios que muito pouca gente tem no currículo: da ONU (Organização das Nações Unidas) com o melhor aplicativo de inclusão do mundo; do Banco Interamericano de Desenvolvimento de inovação tecnológica com maior impacto em 2014; e primeiro lugar na Copa do Mundo de Tecnologia do Vale do Silício, na Califórnia.

“Embora eu fique muito feliz com todos esses prêmios, o maior prêmio que eu tenho é ver minha filha se comunicar”, conta Carlos Pereira, analista de sistemas.

Por causa de um incidente no parto, Clarinha teve paralisia cerebral. Ela não consegue controlar os movimentos do corpo, mas entende tudo. Os pais Carlos e Aline não se conformaram em deixar a filha viver na prisão de quem tem total lucidez e nenhuma capacidade de se expressar.

Foram parar na China, para um tratamento pioneiro com células-tronco e conquistaram investidores estrangeiros para a causa da reabilitação. Com dinheiro enviado por eles, abriram esta clínica, no Recife, que atende 300 pacientes.

Mas isso era pouco para Carlos, que juntou talento com amor e criou um aplicativo que vem causando uma pequena revolução na vida de

10 mil pessoas.

A primeira a usar, adivinha quem foi? Clarinha ouviu uma pergunta no tablet, faz escolhas e, assim, consegue interagir como não podia antes.

Com isso tudo, Clarinha se tornou capaz de contar para os coleguinhas dela do colégio como foi a viagem que acabou de fazer aos Estados Unidos. Isso é o que Aline e Carlos estão garantindo para gente antes da própria Clarinha contar.

“Eu viajei no mesmo avião de Claudia Leitte. Eu achei muito engraçado um boneco de Barack Obama”, diz Clarinha por meio do aplicativo.

O cardápio montado para Clara é cheio de figuras e abrange as mais diversas áreas da vida dela.

“Hoje eu posso orientar, educar, de uma forma mais precisa, e isso é ótimo, né? Porque ela pode se expressar, ela faz até perguntas, e eu posso responder”, diz Aline Costa Pereira, administradora e mãe de Clara.

Dois terços das pessoas que usam o Livox são autistas. Ele foi traduzido para 25 idiomas. Nos países de língua árabe, vai ser lançado em dois meses. Liberdade, independência e vida nova.

“A maior recompensa que a gente tem hoje em dia que é saber o que se passa na cabecinha dela e permitir que ela tenha uma vida mais digna, que ela possa mais independente dentro das limitações dela”, conta Carlos Pereira, o pai de Clarinha.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Série ‘Qual é a diferença?’ traz novo olhar sobre a síndrome de Down

Médico Drauzio Varella e Breno Viola, que é tricampeão mundial de judô, falam sobre a condição genética que afeta pelo menos 300 mil pessoas no Brasil.

Fonte: G1 – Fantástico – “Qual é a diferença?” – 09/08/2015

Doutor Drauzio Varella está de volta para falar de uma condição genética que, segundo estimativas do IBGE, afeta pelo menos trezentas mil pessoas no Brasil.

A série que começou neste domingo (9) quer trazer um novo olhar sobre a síndrome de Down. Desta vez, doutor Drauzio vai contar com a parceria valiosa de um tricampeão mundial de judô. E ele é muito mais do que isso.

“Quando eu me olho no espelho, eu vejo que sou diferente. Meus olhos são amendoados, A minha mão tem uma linha reta”, fala Breno.

“Sou baixinho. Os meus braços e pernas são um pouco mais curtos”, descreve Breno.

“São características pessoais, né? Eu sempre fui muito magro. Tenho braços finos. Minhas pernas parecem dois cabos de vassoura. Comecei a ficar careca com vinte anos”, diz Drauzio Varella.

“Meu tempo de aprender as coisas sempre foi muito mais lento. Desde pequeno eu aprendi a respeitar o meu ritmo”, conta Breno.

“Já eu queria diminuir meu ritmo de trabalho, mas gosto de ser médico, de escrever, de ensinar e de correr”, conta Drauzio.

“Eu trabalho, namoro uma linda princesa, treino, e viajo muito porque sou tricampeão mundial de judô. E talvez você até já tenha me visto no cinema, porque eu fiz um filme bem legal. Até ganhou prêmio”, conta Breno.

Dr. Drauzio explica que a partir desta semana vai contar muito mais sobre o Breno. Ele vai nos ajudar a entender como é viver com a síndrome de

Down. Tudo o que já foi feito em relação a ela e o que ainda falta fazer.

Aos trinta e quatro anos, Breno Viola é um exemplo de produtividade. Da academia, ele vai para o Movimento Down. É uma organização não governamental que tem como meta ver cada vez mais pessoas como Breno andando por aí, independentes e felizes.

“Antigamente você sabe, né? Era tratado como mongoloide e a gente agora não quer ser isso”, explica Breno.

“Muita alegria, muita esperança no caso que tinha tudo para ser triste. Para transformar num verdadeiro drama da família desta garotinha. Ela é Andrea, um bebê que nasceu mongoloide”, narração de matéria da década de 80.

Quando Andrea - e o próprio Breno nasceram, era assim que o mundo via a síndrome de Down. Só se falava mongolismo e mongoloide. A expectativa de vida não chegava a trinta anos.

“A alternativa era ou internava nessas escolas especiais. Internava mesmo de ficar internado. Ou ele ia de manhã e voltava no fim da tarde e você era dado como nada mais é possível. Meu filho é um filho que não vai ter condições de nada”, diz Lenir Santos, mãe da Andréa.

Os tempos hoje são outros. A internet transborda com vídeos alegres e comoventes de conscientização. Num deles, a jovem modelo americana exhibe o filho com orgulho nas redes sociais.

E em outro, o fotógrafo capricha na mágica para fazer seu menino voar.

Mas ainda existem muitos problemas. A começar pelo desconhecimento e pelo medo que surgem a partir da notícia.

“O momento da notícia é uma coisa tão importante que nas diretrizes de cuidado das pessoas com síndrome de Down do Ministério da Saúde, existe um capítulo só com “dar a notícia””, diz a pediatra Patrícia Tempiski.

“Na maioria esmagadora dos casos, a forma como é dada a notícia é muito inadequada”, diz Maria Antônia Goulart, da ONG Movimento Down.

“Quando eu recebi o resultado no consultório do médico, eu realmente fiquei em choque, eu não consegui mais dormir, eu não consegui mais comer e diante de uma gravidez isso é muito preocupante”, lembra Suzana Santos.

Suzana e Michele estão no fim da gravidez. No começo do pré-natal, em exames como estes, elas descobriram que havia uma grande chance de que seus bebês tivessem síndrome de Down.

Já na sexta semana de gestação é possível fazer um exame de sangue que detecta traços do DNA do embrião na circulação da mãe. É um exame muito caro, disponível apenas em clínicas particulares.

Pelo SUS, o normal é que se faça primeiro a chamada translucência nugal, uma ultrassonografia, entre a 11a e a 13a semana. Nesta época, a análise da quantidade de um líquido que fica na nuca e de um ossinho do nariz do feto ajudam a apontar as probabilidades de uma alteração genética.

Para se ter certeza do diagnóstico, só mesmo com a análise do número de cromossomos, o material genético presente nas células do feto. Esse material pode ser retirado por uma punção na placenta, a partir da décima semana. Ou mais tarde, entre a 15a e 18a semana, com a pulsão do líquido amniótico de dentro do útero da mãe.

“O que a gente sabe é que a grande maioria das pessoas que faz o diagnóstico pré-natal durante a gravidez, quando faz uma intervenção mais específica de determinar de fato e ter a certeza de que esse bebe tem sim, síndrome de Down, este casal na grande maioria das vezes, a gente sabe que opta por intervenção de acabar com a gestação, infelizmente”, explica o médico Zan Mustacchi.

Drauzio: A lei brasileira permite?

Zan: De jeito nenhum, isso é completamente proibido. Isso é tratado como crime no Brasil.

Michelle Svoboda queria muito ser mãe. E o sonho dela esteve por um fio. O primeiro diagnóstico apontava para três síndromes possíveis.

“A única que era compatível com a vida era síndrome de Down. As outras duas eu poderia até interromper a gravidez, porque não eram compatíveis com a vida, né? Então quando eu peguei o resultado e era síndrome de Down, foi uma felicidade pra nós, entendeu? A gente ia ter o bebê, a gente ia ter o nosso bebê”, se emociona Michele.

“Eu comecei a ler, a procurar, a saber, entendeu? Eu fui ficando mais tranquilo e falando “eu vou dar conta, eu vou dar conta”, recorda Marcos de Castro, marido de Suzana.

“Falei, não, agora vamos ter que respirar fundo, eu vou ter que ficar bem pra ela ficar bem também”, conta Suzana.

Em alguns casos, a notícia só vem depois do parto. Foi assim com a Miriam Roia e o João.

Breno: Quando a Luna nasceu, na hora de receber a notícia que ela tinha síndrome de Down, qual foi a reação da mãe e do pai?

Myriam: Uma geneticista pegou a Luna, acho que avaliou do lado de fora mesmo do meu quarto e imediatamente voltou e olhou pra mim e falou: Bom, sua filha tem síndrome de Down, você tem alguma dúvida? Eu não tive nem tempo para levar um choque.

Maria Antônia, do Movimento Down: A gente sabe que a forma como nesse momento, a família recebe essa informação, pode ou colocar essa família em depressão e estagnar ou ser uma forma como essa família possa se mobilizar pra entender mais e saber que seu filho é capaz e pode se desenvolver.

Miriam: Eu passei um dia sem entender o que estava acontecendo, eu não queria ver ninguém, um medo, um pavor do que viria.

Neste momento, é comum a futura mãe entrar em negação, se perguntar “por que comigo?” E se culpar por algo que seria impossível ela conseguir evitar. Talvez a pergunta devesse ser “por que não comigo?” A síndrome de Down é um acaso da genética.

Na fecundação, os genes do homem e da mulher se fundem para criar uma nova vida. O normal é que cada célula formada a partir desta união tenha 46 cromossomos, 23 da mãe e 23 do pai. Na síndrome de Down, acontece um acidente durante essa multiplicação de células. Em vez de 46 cromossomos, surgem 47. Três cópias do cromossomo 21, em vez de duas.

A probabilidade de isso acontecer aumenta conforme a idade da mãe. Aos 25 anos, é de uma em mil gestações. Aos 40 anos, de uma em cem. Se a mulher tem mais de 45 anos, a chance de ter um bebê com Down sobe pra uma em cada dez gestações.

“Dizem as mães, né, as mães que tem crianças com Síndrome de Down, que a gente entra no luto pra depois ir à luta”, diz Suzana.

“Eu comecei a procurar ajuda em outras mães, grupos de mães que têm crianças com síndrome de Down, procurei ver ONGs que acompanham crianças especiais. Eu fui procurar um aconchego, um conforto. Assim que eu saí com mais tranquilidade, mais força”, conta Suzana.

A cada ano, pelo menos oito mil novas mães brasileiras vivem os sentimentos de Suzana e Michele. O diagnóstico ainda na gravidez é fundamental para proteger a saúde do bebê.

“De 48 a 50 por cento das crianças com Down nascem com problemas do coração. Entretanto a metade delas é que têm sim indicação cirúrgica”, diz o médico Zan.

Tanto a filhinha da Michele em Porto Alegre, a Maria Flor, quanto a Mariana, a bebezinha da Suzana no Rio de Janeiro têm cardiopatias que

precisam ser investigadas imediatamente depois do parto.

Entre as características mais frequentes da Síndrome de Down estão os olhos amendoados, uma hipotonia acentuada, que é a diminuição do tônus muscular e um atraso no desenvolvimento intelectual, que varia muito de criança pra criança.

“Cada um é um, e cada um tem uma possibilidade grande. É só a gente acreditar”, diz a mãe de Breno.

“A maior preocupação de uma mãe é como vai ser a aceitação de uma criança especial na sociedade”, conclui Suzana.

As pessoas incentivam Suzana e preveem um futuro feliz para sua filha.

“A sua filha vai morar sozinha como nós. Como nós juntos”, falam Marcelo e Raquel.

“Ela vai trabalhar e vai ganhar o seu próprio dinheiro!”, prevê Juliana.

“A sua filha vai chegar aos 52 e trabalhando!”, aposta Liane.

“Será que ela vai conseguir casar?”, pergunta Suzana.

“Se ela quiser casar, aí é com ela!!!”, diz Arthur.

“Eu e o meu esposo acabamos com preconceitos!”, diz Raquel.

“Tem ali uma coisa que não saiu como planejado, mas isso não impede que seu filho vá se desenvolver e ser uma pessoa feliz, autônoma e independente”, explica Maria Antônia, do Movimento Down.

“Confesso que jamais jamais jamais jamais pensei que o Breno chegaria tão longe, eu digo pra ele, ele sabe. Ele surpreendeu a todos nós e continua surpreendendo”, conta a mãe de Breno.

A expectativa de vida para quem tem síndrome de Down hoje passa dos sessenta anos! A nova série do Fantástico vai acompanhar personagens de todas as idades para mostrar: Que tipo de cuidados são essenciais nos primeiros anos de vida de um bebê com Down? O que deve ser feito para que a inclusão nas escolas funcione como deve? Como estimular a autonomia e a independência nos jovens? Vamos falar também de desejo e sexualidade. E do futuro - já existe um projeto para garantir que eles possam morar sozinhos.

“Sozinha ou casada, eu quero que ela seja feliz. Eu vou fazer de tudo pra ela ser feliz”, diz Suzana.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

‘Nos uniu ainda mais’, diz casal de jovens que tem bebê com Down



Antes e Depois. Paloma, Douglas e a filha Beatriz (Foto: Paloma Jak/Arquivo pessoal)

Filha do casal de Guarapuava, no Paraná, tem 1 ano e 6 meses. Mãe descobriu gravidez quando tinha 20 anos e o namorado, 21.

Fonte: G1 PR – Alana Fonseca – 17/08/2015

Os universitários Paloma Jak e Douglas Leonel não planejavam casar e ter filhos antes de formados. As coisas saíram diferente do esperado. Hoje, 1 ano e 6 meses após a Beatriz vir ao mundo, eles lamentam não ter tido a filha, portadora da síndrome de Down, antes. “Ela nos uniu ainda mais, nos deixou mais fortes. Antes, éramos fúteis”, garantem.

Paloma descobriu a gravidez prestes a concluir o curso de educação física e já no primeiro ano de fisioterapia. Ela tinha 20 anos e o namorado, estudante de engenharia civil, 21.

À época, a gestação não foi o que mais assustou o jovem casal de Guarapuava, na região central do Paraná. O que mais preocupou os pais foi o diagnóstico da síndrome. Na idade de Paloma, uma em cada 1.000 mulheres costuma ter um bebê com Down, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A síndrome

Durante a fecundação, os genes do homem e da mulher se fundem para criar uma nova vida. O normal é que cada célula formada a partir desta união tenha 46 cromossomos, 23 da mãe e 23 do pai. Na síndrome de Down, acontece um acidente durante essa multiplicação de células.

Em vez de 46 cromossomos, surgem 47: três cópias do cromossomo 21, em vez de duas. Entre as características mais frequentes dos portadores da síndrome, estão os olhos amendoados e um atraso no desenvolvimento intelectual, que varia muito de criança pra criança.



Olhos amendoados e baixo tônus muscular são características dos portadores da síndrome de Down (Foto: Paloma Jak/Arquivo pessoal)

O casal conta que soube da síndrome de Down ainda durante a gravidez. “Em um dos ultrassons, o médico disse que o bebê não estava se desenvolvendo direito, que havia algo errado porque estava muito pequenininho”, conta Douglas. Então, os jovens foram até Curitiba para fazer exames mais específicos.

Primeiro, Paloma fez a chamada translucência nucal, uma ultrassonografia que é feita entre a 11ª e 13ª semana de gravidez. Neste período, a análise da quantidade de líquido que fica na nuca e de um ossinho do nariz do feto ajudam a apontar as probabilidades de uma alteração genética.

“Quando saiu o resultado da translucência, o médico nos disse que era quase certo que a nossa filha tinha síndrome de Down”, conta Douglas.

Para ter certeza, geralmente, é feita uma análise do número de cromossomos, o material genético presente nas células do feto.

O material pode ser retirado por uma punção da placenta, a partir da 10ª semana; mais tarde, entre a 15ª e a 18ª semana, com a punção do líquido amniótico dentro do útero da mãe, como no caso de Paloma.

Dias após a namorada fazer o exame, Douglas estava se arrumando para ir à faculdade quando o celular tocou. Era o médico. “Ele me disse que no exame constava que a Bia tinha síndrome de Down”, lembra o pai. O estudante relata ainda que Paloma ficou em choque ao saber.

Então, os dois, que sabiam muito pouco sobre a trissomia 21, decidiram pesquisar mais sobre a síndrome. “O que me deixou mais tranquila foi encontrar várias histórias em que os portadores conseguem, sim, ter uma vida normal. Eles estudam, trabalham, têm amigos e relacionamentos amorosos como qualquer outra pessoa”, explica a mãe.

A todo vapor

Depois de quase nove meses, Bia nasceu – poucos dias depois da formatura de Paloma – com quase 2,5 kg e 44 centímetros. “Quando peguei a minha filha no colo, travei. Foi a partir daí que a minha ficha caiu. Ela veio no melhor momento”, relata o pai, que assistiu ao parto inteirinho sem passar mal.

Desde o nascimento da filha, Paloma mora na casa da família de Douglas. Os jovens, que ainda estão na faculdade, também trabalham e planejam ter um apartamento só para eles e para a filha.

O tempo que sobra na vida corrida dos dois é dedicado para a Bia, que também é o xodó dos avós, dos tios e dos amigos dos pais.

Além dos estímulos que recebe em casa, da família, a pequena faz fisioterapia, terapia ocupacional e vai à fonoaudióloga. Sem contar a escola, que ela passou a frequentar há duas semanas.

Apesar de estar a todo vapor, Beatriz não anda e não fala ainda. Ela vai a uma escola regular, mas estuda com bebês um pouco mais novos porque não caminha.

Os pais contam que o que atrasou o desenvolvimento da filha foi um defeitinho no coração, recorrente em crianças que têm Down. Alguns defeitos cardíacos têm pouca importância e podem ser tratados com medicamentos. Entretanto, há outros que requerem cirurgia. A Bia precisou passar por uma operação aos cinco meses de idade.

Depois da intervenção cirúrgica, os jovens contam que as coisas só melhoraram. “Antes, era difícil amamentar. Ela cansava já nas primeiras mamadas, chegava a suar. Depois, ficou fácil. Tanto que a Beatriz mama até hoje, quatro vezes por dia”, conta a mãe.

Agora, a menina também tem mais fôlego para brincar.

“As professoras da escola têm certeza que ela vai ser uma artista. A Bia ama atividades que envolvam música, ela ama os sons. Em casa, a Bia para tudo o que estiver fazendo quando ouve a música do Jornal Nacional”, revela Paloma.

O preconceito

Entretanto, apesar de ver a filha se desenvolvendo bem, a jovem teme que Beatriz sofra preconceito algum dia. Ela, como mãe, conta que já sentiu na pele a ignorância das pessoas.

“Um dia, uma mulher que eu nem conheço viu a foto da Bia no meu celular e disse ‘É sua filha? Deve ser difícil esperar um bebê e ele vir assim, né?’”, lembra Pâmela.

Entretanto, segundo a jovem, ela e o namorado estão dispostos a preparar a filha para situações assim. Colocá-la em uma escola regular, de acordo com Paloma, é uma das tentativas de fazer com que ela se acostume com todos os tipos de gente.

“Sugeriram que eu matriculasse a minha filha em uma escola só com crianças especiais, mas e quando ela crescer e tiver que ir à farmácia sozinha? Lá não vai ter só gente com Down. E aí? Ela saberia lidar com os outros?”, questiona Paloma.

Os dois jovens dizem que querem ver a filha feliz e que, para isso, fazem

e sempre farão o possível. “Nós mudamos por causa dela, nos tornamos pessoas melhores. Fariamos tudo de novo. O mínimo que podemos fazer para retribuir é fazê-la sempre feliz. Vamos fazer o que for necessário para que ninguém atrapalhe sua felicidade”, afirmam os jovens.

Coreanos e alemães testam novo exoesqueleto controlado pelo cérebro

Em teste, voluntários saudáveis conseguiram controlar robô com cérebro. Usuário dá ordens à máquina ao olhar para luzes com frequências distintas.

Fonte: G1 – Ciência e Saúde – 18/08/2015

Cientistas apresentaram, nesta terça-feira (18), um novo exoesqueleto controlado pelo cérebro que está sendo desenvolvido em uma parceria entre a Universidade da Coreia, na Coreia do Sul, e a Universidade Técnica de Berlim, na Alemanha.

O objetivo do projeto é permitir que pessoas paralisadas possam andar com a ajuda do equipamento controlado diretamente pelo cérebro. Em testes com voluntários saudáveis, que não tinham nenhum tipo de paralisia, o robô foi capaz de “obedecer” às intenções do usuário de andar para frente, virar para a esquerda e para a direita, além de sentar e levantar.

Todas essas “ordens” foram transmitidas do usuário para a máquina por meio da leitura de suas atividades elétricas cerebrais.

O exoesqueleto desenvolvido pelos cientistas deve funcionar da seguinte maneira: o usuário veste o exoesqueleto e também uma touca capaz de captar a atividade elétrica cerebral por eletroencefalografia. Ele tem à sua frente, fixado no robô, uma placa que contém cinco “luzinhas” que piscam em frequências diferentes.

Quando o usuário olha para cada uma dessas luzinhas, essa frequência se reflete em suas atividades cerebrais, que são captadas pelo eletroencefalograma. Cada uma dessas luzes corresponde a um comando ao robô: andar para frente, virar para a esquerda e para a direita, sentar e levantar. Portanto, esses sinais são usados para controlar a máquina.

Os cientistas testaram a máquina em 11 pessoas saudáveis. Os resultados mostraram, segundo os pesquisadores, que o uso de um exoesqueleto baseado no uso desses estímulos visuais é viável.

“Pessoas com esclerose lateral amiotrófica (ELA), ou lesões na coluna espinhal, encontram dificuldades de se comunicar e de usar seus membros”, diz Klaus Muller, um dos autores do estudo. “Decodificar o que eles pretendem fazer a partir de seus sinais cerebrais poderia oferecer meios de comunicar e andar de novo”, completa.

Segundo os pesquisadores, que publicaram os resultados na revista “Journal of Neural Engineering”, os voluntários conseguiram aprender a usar o exoesqueleto com apenas alguns minutos de treino.

Projeto Andar de Novo

A iniciativa cujos resultados foram apresentados nesta terça-feira tem princípios similares ao projeto “Andar de novo”, liderado pelo cientista brasileiro Miguel Nicolelis, professor da Universidade Duke, nos Estados Unidos, e do Instituto Internacional de Neurociências de Natal – Edmond e Lily Safra (IINN-ELS).

Nesse projeto, uma touca também é usada para captar as atividades elétricas do cérebro por eletroencefalografia. Quando o paciente se imagina caminhando por conta própria, os sinais produzidos por seu cérebro são coletados pela touca e enviados a um computador que fica nas costas da veste robótica.

O computador decodifica essa mensagem e envia a ordem aos membros artificiais, que passam a executar os movimentos imaginados pelo paciente. Ao mesmo tempo, sensores dispostos nos pés do voluntário enviam sinais para a roupa especial. A pessoa, então, deve sentir uma vibração nos braços toda vez que o robô tocar o chão. É como se o tato dos pés fosse transferido para os braços, naquilo que Nicolelis chama de “pele artificial”.

Resultados preliminares do exoesqueleto do “Andar de novo” foram apresentados na abertura da Copa do Mundo, em que um voluntário paralisado usando o exoesqueleto deu um chute simbólico inaugural no evento.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Café aberto para filho autista muda vida de deficientes filipinos

Após descobrir que filho tinha deficiência, mulher decidiu abrir negócio para garantir o futuro do rapaz.

Fonte: G1 – Bem Estar – 18/08/2015

Um café nas Filipinas está quebrando o estigma e combatendo o preconceito ao empregar pessoas com deficiência.

Jose Canoy tinha 12 anos quando a sua família percebeu que ele jamais seria capaz de conseguir boas notas na escola.

A família entendeu que, diferentemente de outras crianças da mesma idade, Jose, que é autista, nunca seria capaz de fazer um trabalho de história ou de memorizar os planetas do Sistema Solar.

O cérebro dele simplesmente não funcionava daquela maneira.

A mãe de Jose, Girlie, sempre tratou o autismo do filho de forma positiva e diz que o menino aproximou a família ainda mais. Quando o autismo de Jose foi confirmado, ela não ficou frustrada, embora conte que os amigos sempre a olhavam com pena quando contava a novidade.

“Está tudo bem, não me sinto mal, mas para mim ele é igual aos outros, apenas mais dos meus filhos”, ela respondia.

O que deixava Girlie preocupada era o futuro de Jose, que hoje tem 22 anos, porque, naquela época, as opções para crianças com autismo nas Filipinas eram muito limitadas.

Foi isso que levou a família a abrir um café. Girlie deixou o negócio nas mãos dos seis filhos, incluindo Jose, que é dono, mas também trabalha de garçom algumas vezes por semana.

O plano é que no futuro as outras crianças possam dar continuidade aos negócios e ajudar Jose.

Inspirada pela mudança positiva que viram em Jose quando ele começou a aprender tarefas práticas, a família decidiu empregar outras pessoas com autismo e batizaram o local de “Puzzle Café”, porque o símbolo internacional do autismo é uma peça de quebra-cabeça.

O símbolo está em todos os lugares no café, do sofá aos aventais usados pelos garçons. O local foi inaugurado em abril para coincidir com o mês de conscientização do autismo nas Filipinas.

Na aparência, é um restaurante bacana como qualquer outro, colorido, com móveis modernos e piso de cimento. Em uma prateleira, encontram-se geleias importadas e risotos embalados, e em outra, há pulseiras e chaveiros feitos por pessoas com autismo.

Talvez por isso, muitos clientes nem percebem que a maioria dos funcionários é autista, diz Ysabella, irmã de José, que administra o café no dia-a-dia.

Às vezes, segundo Ysabella, há quem se irrite com a dificuldade de se comunicar com os garçons, mas é justamente esta interação que possibilita mudanças na percepção que as pessoas têm sobre o autismo, e que ressalta o que as pessoas autistas são capazes de fazer.

A luta contra o preconceito era um dos objetivos mais importantes da família Canoy ao abrir o café.

Com apenas dois anos de diferença em suas idades, Jose e Ysabella são muito próximos. Na piscina de um hotel durante as férias da família, quando ela tinha seis anos, notou pela primeira vez que outras crianças e adultos olhavam de maneira diferente para Jose. Ele estava fazendo as mesmas coisas que sempre fez, mexendo os braços, falando sozinho e com os seus brinquedos.

“Quando as pessoas começaram a olhar para ele, eu percebi: ‘nossa, é porque ele é diferente’”, ela conta.

Mais tarde, Ysabella estudou educação especial e hoje ajuda os funcionários do Puzzle a concluírem as suas tarefas.

Jose vê o trabalho no café como um desafio – e a intenção é exatamente esta.

Ysabella ajuda o irmão a escrever a receita do suco de limão filipino, o típico kalamansi, e pede que receba os clientes da melhor maneira possível, apertando as mãos e dizendo “obrigado”.

Jose pede ajuda quando se sente ansioso.

Com a ajuda de Josephine de Jesus, uma terapeuta da fala especialista em crianças autistas, o café tem uma série de roteiros e cartilhas para explicar cada atividade para os funcionários – desde a distância que precisam ficar ao cumprimentar um funcionário até instruções para fazer waffles, incluindo ilustrações com fotos.

A fonoaudióloga trabalha voluntariamente no café porque acha o local bom para praticarem suas tarefas diárias de uma maneira menos monótona do que em uma clínica. “Existem situações que não conseguimos replicar na terapia”, diz.

Embora tenha sido aberto por causa de Jose, o Puzzle Café vem inspirando várias pessoas com deficiência e suas famílias. Além dos dez garçons autistas, o estabelecimento treina jovens com Síndrome de Down, uma jovem mulher com paralisia cerebral e conta com um assistente de cozinha autista.

“Você percebe que estas pessoas não têm oportunidades, estamos felizes por fazê-las felizes”, diz Girlie.

Já Jose, quando perguntado sobre como se sente a respeito do trabalho no Puzzle Café, responde sem hesitar: “Feliz. Me sinto feliz!”

Goiás possui 4 cidades onde todas as escolas são 100% acessíveis

Colégios públicos de Avelinópolis são totalmente adaptados para deficientes. Além do município, lista inclui Aurilândia, Guaraíta e Morro Agudo de Goiás.

Fonte: G1 Goiás – Vitor Santana – 19/08/2015

Das 23 cidades brasileiras que têm todas as suas escolas 100% acessíveis a deficientes, quatro municípios estão em Goiás. Em Avelinópolis, a 73 km de Goiânia, as duas unidades de ensino da cidade são públicas e têm o prédio com rampas, corrimãos, salas com recursos audiovisuais adaptados e professores de apoio em todas as salas. Com isso, alguns alunos contam que sentem mais facilidade no aprendizado.

Os dados foram tabulados a pedido do G1 pela Fundação Lemann e pela Meritt, responsáveis pelo portal QEdu. Eles indicam que apenas

23 municípios do Brasil contam com todas as suas escolas acessíveis – incluindo banheiros totalmente adequados a deficientes. Em Goiás, além de Avelinópolis, também entram na lista Aurilândia, Guaraita e Morro Agudo de Goiás.



Avelinópolis tem todas as escolas 100% acessíveis a deficientes (Foto: Vitor Santana/G1)

A primeira escola a começar a se tornar acessível em Avelinópolis foi o Colégio Estadual Professor Alfredo Nasser. Fundada em 1980, ela começou a passar por reformas em 1994 para atender pessoas com deficiência. A última reforma feita foi em 2014, para adaptar os banheiros.

Graças a essas mudanças, Maria Alves de Jesus, de 63 anos, que é cadeirante, está realizando o seu grande sonho, que é o de aprender a ler e escrever. Aluna dedicada, que se senta sempre na primeira fileira, ela superou a dificuldade da locomoção para conseguir frequentar as aulas. “Antes, eu não conseguia vir para a escola, era difícil, tinha que ficar contando com a ajuda dos companheiros. Também havia muitos degraus”, afirma.

Cursando o 9º ano do ensino fundamental, a estudante diz que já nasceu com a deficiência física, mas nunca soube ao certo seu problema por não ter passado por consultas médicas na infância. “Achei que nunca fosse aprender nada porque era difícil frequentar a escola, mas as pessoas são compreensivas com a gente. E tem a professora de apoio, que me ajuda”, conta, sorridente.

Com a acessibilidade, Maria consegue entrar na escola e, em vez de ter que pedir ajuda para que desçam a cadeira de rodas pela pequena escada, pode passar pela rampa que dá acesso ao pátio, com largo corredor. Na sala de aula, ela tem uma mesa especialmente para ela, mais larga e alta, para caber a cadeira de rodas. Além disso, quando precisa ir ao banheiro, as barras de apoio fixadas na parede facilitam a movimentação.

Recursos pedagógicos

Porém, não são apenas mudanças físicas que são necessárias para atender todos os alunos. No colégio também existe a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com diversos jogos, livros e recursos audiovisuais que são utilizados como recursos pedagógicos para que pessoas com deficiência auditiva ou visual, por exemplo, possam complementar os estudos.

Foi nessa sala que Franciele Dias Oliveira, de 20 anos, aprendeu a Língua Brasileira de Sinais (Libras). “Gosto muito de ter o intérprete dentro de sala de aula, ajuda na hora de aprender. Só assim para entender a aula, porque às vezes não são todos os professores que sabem libras”, conta.

A jovem, que ficou surda depois de uma meningite aos 5 anos de idade, está no 2º ano do ensino médio e já sabe o que quer fazer depois de se formar. “Quero ser professora, instrutora de Libras. Vou ajudar várias

outras pessoas.”

Quem também aprendeu Libras na escola foi a estudante Maria Vitória Malaspina, de 9 anos. Ela estuda na Escola Municipal Modelo, que também é 100% acessível. E a garota aproveita que o local é totalmente adaptado para aprender novas coisas todos os dias. “É muito legal ter uma professora só para mim. E é importante para entender o que as professoras falam”, afirma.

Maria Vitória nasceu prematura e tem surdez profunda. Ela chegou a fazer o implante coclear para que passasse a escutar. Porém, não se adaptou ao aparelho auditivo e prefere se comunicar pela linguagem de sinais.

“Ela não gosta de usar o aparelho porque acha que fica muito barulhento ao redor dela. Se a escola não tivesse todos esses recursos, como a sala especial e a intérprete, ela não conseguiria estudar”, conta a mãe da estudante, a dona de casa Érica Aurélio Malaspina dos Santos.

As duas escolas de Avelinópolis têm estruturas semelhantes. Corredores largos, rampas onde há desnível e degraus, corrimãos para dar mais segurança na hora de caminhar ou até mesmo descer de cadeira de rodas, sanitários adaptados, salas com recursos pedagógicos para deficientes auditivos, visuais e mentais e professores de apoio em todas as salas.

Não foi necessária nenhuma lei que obrigasse a adaptação das escolas para atender alunos com deficiência, e sim força de vontade. No caso do Colégio Estadual Professora Alfredo Nasser, as iniciativas partiram principalmente da direção da unidade. “Tivemos uma diretora que era deficiente, dependia de muleta para andar. Então ela acelerou ainda mais esse processo de adaptação”, diz a coordenadora da escola, Renata Alves Maciel Pereira.

Já na Escola Municipal Modelo, as adaptações começaram a ser feitas em 2009, pois a unidade era usada como zona eleitoral na cidade e também sediava diversos eventos da comunidade. A maior dificuldade, entretanto, não foi a reforma física, mas, sim, o preconceito.

“Tinha pai que era contra, porque dizia que fazer a inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência ia atrasar ou prejudicar o aprendizado do filho dele. Alguns profissionais também impuseram resistência, porque estavam próximos de se aposentar e não queriam fazer os cursos de formação para atender os alunos”, diz a diretora, Dayane Bueno Bahia Araújo.

Inclusão

Segundo a professora de apoio Luzemaria Ferreira de Araújo, de 54 anos, que acompanha diariamente a cadeirante Maria Alves na sala de aula, somente com a acessibilidade na escola é que todos os estudantes passaram a ter os mesmos direitos.

“Antigamente, quem tinha alguma deficiência física era deixado de lado ou então colocado em uma sala separada. Com essas mudanças para a escola ficar acessível, houve uma inclusão e todos passaram a respeitar mais uns aos outros e até a aprendizagem melhorou.”

E a aprendizagem citada por Luzemaria também é compartilhada pela intérprete Sueli Pereira Neiva Cabral, que acompanha a deficiente auditiva Maria Vitória. “Elas são crianças muito espertas e inteligentes. Então, no dia a dia, nós também aprendemos com eles. No início é difícil. Tive que fazer curso, mas depois você pega amor e as coisas ficam mais fáceis”, conclui.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

.....

Inglêses desenvolvem mão biônica de plástico acessível com impressora 3D

Próteses podem chegar a R\$ 300 mil no Reino Unido, mas as de plástico saem por R\$ 7 mil. Criadores esperam chegar ao mercado no ano que vem.

Fonte: G1 – Jornal Nacional – 25/08/2015

Uma das invenções mais revolucionárias dos últimos anos no campo da ciência voltada pra saúde foi premiada, no Reino Unido.

Tão simples, que parece brinquedo. Ela é feita com material semelhante ao dos brinquedos: plástico. Não é qualquer tipo de plástico, mas um mais resistente que imita os nossos ossos, e outro mais flexível, que simula os nossos músculos.

E não precisa de uma fábrica ou de um laboratório complexo para produzir as mãos. Basta uma impressora 3D. Em três ou quatro dias, elas estão prontas.

Dan teve a mão direita amputada e foi um dos primeiros a experimentar a mão biônica de plástico. Sensores grudados à pele dele percebem a contração dos músculos e a intenção de Dan. Em poucos minutos, ele conseguiu controlar a mão e voltar a fazer várias atividades. A que mais deixou Dan feliz foi apertar a mão do irmão.

A designer portuguesa Vitória Maurício participa do projeto e diz que a mão faz cinco movimentos essenciais para o dia a dia.

“Ela faz o aperto de mão mais forte, que, por exemplo, é para agarrar um copo, que usamos todos os dedos, é um aperto de mão mais geral. Um outro de precisão, para pegar um cartão de crédito. No fundo, o que as pessoas querem é poder fazer suas atividades”, afirmou Vitória Maurício.

Os criadores da mão biônica de plástico estimam que mais de 11 milhões de pessoas no planeta tiveram mãos amputadas. A maioria não tem acesso às mãos biônicas convencionais. Quanto mais parecidas com as de carne e osso, mais caras.

No Reino Unido, podem chegar a R\$ 300 mil. As de plástico saem por R\$ 7 mil, e os criadores querem fazer o preço cair à metade quando chegarem ao mercado no ano que vem, esperam eles.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Uma potência envergonhada

Fonte: Gazeta do Povo – Colunistas – Fernando Martins – 28/08/2015

O Brasil foi denunciado nas Nações Unidas nesta terça-feira (25) por ONGs nacionais e estrangeiras por desprezar os direitos das pessoas com deficiência. Segundo as entidades, embora o país seja signatário há uma década de uma convenção internacional para promover a inclusão de deficientes, não vem garantindo acesso a transporte, saúde e educação a milhões de cidadãos nessas condições. Uma vergonha para a mesma nação que há menos de duas semanas se orgulhava de ter sido campeã dos Jogos Parapanamericanos de Toronto, batendo com ampla vantagem no quadro de medalhas o Canadá e os Estados Unidos.

A pergunta é inevitável: como um país que é uma potência paraesportiva não consegue incluir os deficientes na sociedade? A resposta à questão embute não apenas uma possível solução para os desafios da acessibilidade, mas para grande parte das políticas públicas do país.

Os especialistas dão uma série de explicações sobre o abismo que separa o desempenho paraesportivo nacional da realidade das ruas para as pessoas com deficiência. Uma delas constitui um aparente paradoxo. Como o país não promove a inclusão profissional adequada das pessoas com deficiência, o esporte torna-se uma espécie de tábua de salvação para aqueles que têm limitações físicas. Estudo do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, mostrou que mais da metade (53,8%) das pessoas com alguma deficiência em idade ativa estava desempregada em 2010. A taxa média de desemprego do país naquele ano foi de 6,7%. Ou seja, o índice de desocupação é oito vezes superior para quem tem deficiência.

Além disso, o mesmo estudo do IBGE revelou que, dentre os trabalhadores ocupados, os que têm deficiência ganham menos que os demais. Entre a população ativa com deficiência, 46,4% ganhava no máximo um salário mínimo em 2010. A proporção dos trabalhadores sem deficiência com a mesma faixa de remuneração era de 37,1% – uma diferença de 9,3 pontos percentuais a menos. O esporte, assim, é uma oportunidade para que as pessoas com deficiência consigam um prestígio profissional que é muito mais difícil em outras atividades.

Dentre as explicações para o sucesso esportivo dos paratletas brasileiros, porém, há também a fórmula para o país promover a inclusão social. E ela não é válida apenas para pessoas com deficiência, mas para todos os casos de exclusão: destinação de dinheiro e investimento bem planejado.

Em 2001, a Lei Agnelo/Piva determinou que 2% da arrecadação bruta das loterias federais seriam destinados ao esporte, na proporção de 85% para o Comitê Olímpico e 15% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Até 2013, pelo menos R\$ 200 milhões haviam sido repassados ao paraesporte de alto rendimento. E os resultados apareceram. O país tornou-se uma potência mundial, que agora planeja ocupar o 5.º lugar na Paralimpíada do Rio de Janeiro, no ano que vem.

Dinheiro carimbado e organização explicam, portanto, o sucesso. É algo que poderia ser usado para dotar o país de mais acessibilidade para os deficientes – o que também poderia ser útil à população idosa. É ainda uma receita válida para as demais políticas públicas nacionais.

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Turma decide que doença incapacitante torna inadmissível nomeação em concurso público

Fonte: JusBrasil – 21/08/2015

A 1ª Turma Cível do TJDFT reformou sentença de 1ª Instância e julgou inadmissível nomeação de candidata portadora de Nefropatia Crônica no concurso público do CAJE, a qual foi aprovada. O colegiado entendeu que o cargo pretendido é incompatível com as limitações de saúde da autora, que é aposentada do INSS por invalidez.

A autora afirmou que prestou o concurso público, em janeiro de 2010, concorrendo como portadora de deficiência ao cargo de Especialista em Assistência Social, Psicologia, da Carreira de Assistência Social do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Obteve no certame a 2ª posição na lista de classificados, mas após realizar a perícia médica foi eliminada do concurso. A junta que a examinou entendeu que a Nefropatia não se enquadra no artigo V da Lei Distrital nº 4.317/2009, que disciplina a questão no âmbito do DF.

O DF, em contestação, afirmou não haver compatibilidade entre a enfermidade da autora e as atribuições do cargo, posto ser vaga para psicóloga do CAJE, cujo ambiente estressante a exporia a demasiados riscos de saúde. Destacou que ela é aposentada pelo INSS por invalidez devido à grave enfermidade e que se submeteu, em 2013, a transplante de rim. Salientou que a autora continua debilitada e juntou laudos confirmando sua incapacidade para o exercício de qualquer atividade laborativa, não possuindo aptidão sequer para se submeter ao processo de reabilitação profissional.

O MPDFT deu parecer favorável à nomeação, bem como solicitou a realização de nova perícia, que atestou a capacidade laborativa da autora.

Em 1ª Instância, a juíza determinou em sede liminar a reserva da vaga pretendida e, no mérito, a nomeação da candidata, fundamentando sua decisão no laudo pericial. “A conclusão a que se chega é que a autora é apta fisicamente a exercer o cargo público para o qual foi aprovada mediante concurso, sendo certo que a sua aprovação na categoria de deficiente físico se deu de modo correto, pois a mesma, em razão de sua grave condição renal, realmente há de ser considerada deficiente física”, afirmou a magistrada na sentença.

Após recurso do DF, a Turma reformou a sentença e julgou improcedentes os pedidos da autora, à unanimidade. O voto da relatora foi esclarecedor à delicada questão: “Se até a presente data a apelada é considerada inválida para o INSS em razão da nefropatia grave, como admitir que ela seja considerada apta ao serviço público se ainda padece da mesma enfermidade? Essa contradição é insuperável. Se a apelada se considera apta ao trabalho, deveria antes de qualquer coisa buscar a reversão da aposentadoria por invalidez perante o INSS, para depois almejar oportunidades de trabalho, público ou privado, que aparecessem. Desse modo, como a apelada está aposentada por invalidez perante o INSS e é portadora de doença incapacitante prevista na Lei 8.112/1990, mostra-se inadmissível sua nomeação e posse no cargo público pretendido, seja na lista geral, seja como portadora de deficiência”, concluiu.

Processo: 2010011168136-8

Coca-Cola é obrigada a cumprir cota para deficientes

Fonte: JusBrasil – Danieli Xavier Freitas - 28/08/2015

Manaus – O Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT-AM) firmou acordo judicial de R\$ 250 mil com a Coca-Cola Brasil para a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A conciliação encerrou ação civil pública movida contra a fabricante de bebidas por descumprir cota para os profissionais. O dinheiro corresponde a indenização por danos morais coletivos. O acordo foi homologado pela 7ª Vara do Trabalho de Manaus.

Além do pagamento da indenização, a Coca-Cola também deverá contratar 78 pessoas com deficiência ou reabilitadas, por meio do programa de aprendizagem, de modo a completar a cota legal de 124 empregados. Esse número é calculado com base no percentual de 5% do quadro geral de funcionários, que no momento do acordo era de 2.490 funcionários, segundo informações apresentadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE/AM).

Também ficou firmado que após o prazo de dois anos, a contar do dia 20 de maio de 2015, data do acordo, a Coca-Cola deverá estar com a cota de empregados com deficiência ou reabilitados completa, nos termos legais, mediante a contratação direta de pessoas com deficiência ou reabilitadas e não mais mediante a contratação por meio de contrato de aprendizagem.

Obrigações – A Coca-Cola está proibida de dispensar pessoas com deficiência contratadas como aprendizes fora das hipóteses legais, ou pessoas com deficiência e segurados reabilitados da previdência social, sem que proceda a contratação de outros beneficiários da reserva legal de vagas.

A empresa também deve abster-se de dispensar trabalhadores que não sejam pessoas com deficiência ou reabilitados da previdência social, ao contratar empregados para atender às exigências da cota, além de não poder realizar a sobreposição de cotas na computação de empregados com deficiência e das vagas reservadas à aprendizagem.

Também durante um período de dois anos, a Coca-Cola deverá promover as adequações necessárias no ambiente e organização do trabalho e disponibilizar as ajudas técnicas necessárias, de forma a promover a inclusão e torná-los acessíveis. No caso de descumprimento, será cobrada multa no valor de R\$ 500 por trabalhador prejudicado.

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Agora é lei: estado terá que reservar vagas de estágio para deficiente

Fonte: ALERJ – 29/06/2015

Os órgãos e entidades das administrações direta e indireta terão que destinar 5% das vagas de estágio para pessoas com deficiência. Isto é o que determina a Lei 7.030/15, de autoria do deputado Marcus Vinicius (PTB), sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial do Poder Executivo desta segunda-feira (29/06). O benefício vale para quem estiver matriculado em curso regular de ensino público ou privado. Caberá à gerência de estágio das secretarias de Estado a definição das atividades compatíveis com cada tipo de deficiência e a inscrição em listagem específica.

Se o número de candidatos selecionados for menor do que o de vagas reservadas a eles, as remanescentes serão ocupadas pelos demais concorrentes. A norma diz ainda que serão asseguradas aos estagiários com deficiência as adaptações necessárias ao desempenho de suas atividades.

Para o deputado, a situação de desemprego tem apontado o drama vivenciado por uma grande maioria dos trabalhadores. “Hoje, o mercado está cada vez mais restrito e difícil de conseguir o primeiro emprego. Temos que garantir que as pessoas com deficiência tenham condições de entrar no mercado de trabalho”, diz.

Comissão aprova proibir condomínio de criar restrição para cão-guia

Fonte: Agência Câmara Notícias – Janary Júnior – 13/08/2015

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou, na quarta-feira (12), projeto que proíbe os condomínios de criar restrições à posse de cães-guias por moradores que sofram de deficiência visual (PL 3568/08).

A proposta, de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atual presidente da Câmara, foi aprovada na forma de um substitutivo, que englobou o PL 3444/12, do ex-deputado João Paulo Cunha (SP). A nova versão foi apresentada pela relatora na comissão, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ).

“A relevância da adoção de medidas inclusivas para pessoas com deficiência deve ser objeto de constante preocupação do Estado e da sociedade”, disse a deputada.

O texto aprovado estende aos treinadores de cães-guias o direito de ingressar e permanecer com o animal em treinamento nos meios de transporte e ambientes de uso coletivo. O direito dos treinadores e dos cegos de transitar livremente com os animais em locais de uso público deve ser amplamente divulgado.

O projeto altera a Lei 11.126/05, conhecida como Lei do Cão-Guia.

Restrição

A versão aprovada pela comissão faz apenas uma restrição ao trânsito dos animais: em estabelecimentos de saúde. Segundo o texto, os cães não podem transitar nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico e central de material e esterilização, entre outros.

Essa restrição foi incluída no projeto em votação na Comissão de Seguridade Social e Família, e a deputada Soraya Santos decidiu manter a redação “diante da necessidade de garantir a saúde das pessoas”.

Tramitação

O projeto será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado, seguirá para o Plenário.

Comissão aprova acesso a todos os direitos a deficiente auditivo unilateral

A perda auditiva unilateral, embora constitua uma deficiência auditiva, atualmente não se enquadra na definição técnica, que assegura ao deficiente auditivo acesso aos direitos concedidos às pessoas com deficiência.

Fonte: Agência Câmara Notícias – Murilo Souza – 14/08/2015

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou na quarta-feira (12) proposta que transforma, para todos os efeitos legais, o portador de deficiência auditiva unilateral (perda de audição em um dos ouvidos) em pessoa com deficiência. A medida está prevista no Projeto de Lei 1361/15, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Segundo o autor, o objetivo é assegurar ao deficiente auditivo unilateral acesso a direitos já assegurados às pessoas com deficiência, como a reserva de vagas em concursos públicos e a Lei de Cotas (Lei 8.213/91), que determina a contratação de percentuais variados de pessoas com deficiência por empresas, proporcionalmente ao número de empregados.

A relatora na comissão, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), concordou com o autor e apresentou parecer pela aprovação. “A pessoa com perda auditiva unilateral apresenta restrições na audição que a impossibilitam de exercer diversos tipos de tarefas, em especial aquelas que envolvem ruído ocupacional”, disse a relatora. “Em face disso, usualmente enfrenta obstáculos em sua vida acadêmica e profissional”, completou.

A perda auditiva unilateral, embora constitua uma deficiência auditiva, atualmente não se enquadra na definição técnica, que assegura ao deficiente auditivo acesso aos direitos concedidos às pessoas com deficiência.

Atualmente, o Decreto 5.296/04 restringe a deficiência auditiva à perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Tramitação

O projeto ainda será analisado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão de Viação aprova facilidade para ostomizado em ônibus

Fonte: Agência Câmara Notícias – Tiago Miranda – 18/08/2015

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou em 5 de agosto proposta que autoriza as pessoas ostomizadas – aquelas que, em razão de cirurgia, utilizam bolsa coletora de fezes e urina – a entrar em veículo de transporte coletivo pela porta dianteira, quando houver mais de uma porta, sem a necessidade de passar por catracas fora ou dentro do ônibus.

A proposta também equipara aos ostomizados as pessoas com limitações físicas semelhantes. Os detalhes serão definidos em regulamento posterior.

Substitutivo

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo Senado ao Projeto de Lei 1009/99, do ex-deputado Enio Bacci. A proposta que saiu da

Câmara dos Deputados em 2011 permitia que pessoas ostomizadas entrassem pela porta da frente dos veículos de transporte coletivo, mediante a apresentação de documento de identificação ao motorista.

O projeto também definia ostomizado e trazia regras sobre o pagamento, que poderia ser feito ao motorista em dinheiro ou com vale-transporte. Por outro lado, não estendia as medidas a outras pessoas com deficiência.

O substitutivo do Senado inseriu as novas regras na Lei de Acessibilidade (10.098/00), para que não constituíssem uma lei independente. Na lei atual, as medidas foram acolhidas na parte que trata da acessibilidade nos veículos de transporte coletivo.

Aperfeiçoamento

Como a matéria foi alterada pelos senadores, voltou a ser analisada na Câmara. A relatora na Comissão de Viação, deputada Clarissa Garotinho, deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), lembrou que o saco coletor levado pelas pessoas ostomizadas dificulta a passagem pelas catracas de ônibus.

Para Clarissa Garotinho, o substitutivo do Senado aperfeiçoa o projeto inicial.

Tramitação

O substitutivo tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família em junho.

//LEGISLAÇÃO

LEI Nº 7030 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGA, EM ESTÁGIO, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É facultado, aos órgãos e às entidades da administração direta e indireta, destinar 5% (cinco por cento) das vagas para estágio à pessoa com deficiência, matriculada em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes.

Art. 2º - Caberá à gerência de estágio das Secretarias de Estado, a definição das atividades compatíveis com cada tipo de deficiência e a inscrição de candidatos com deficiência em listagem específica.

Parágrafo único. Se o número de candidatos com deficiência selecionados for menor do que o de vagas reservadas a eles, as remanescentes serão ocupadas pelos demais concorrentes.

Art. 3º - Serão asseguradas, aos estagiários com deficiência, as adaptações necessárias ao desempenho de suas atividades.

Art. 4º - Os estagiários com deficiência serão avaliados, no exercício de suas atribuições, segundo regras próprias definidas pela gerência de estágio das Secretarias de Estado, considerando a capacidade física ou psicológica de cada estagiário.